



4375 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT08 - Formação de Professores

INTERCONEXÕES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ABRINDO PONTE PARA A DIVERSIDADE  
Guilhermina Elisa Bessa da Costa - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
Agência e/ou Instituição Financiadora: -

Este estudo tem como objetivo analisar a Formação de educadores para o uso das Tecnologias Assistivas para o processo de inclusão social dos estudantes com deficiência na Educação básica. A pesquisa é de cunho descritivo realizada a partir de uma revisão bibliográfica na área de Tecnologias assistivas e Inclusão. A fundamentação teórica do estudo, centra-se nas pesquisas realizadas por: BERSCH, MACHADO (2012), GALVÃO FILHO (2009), PIMENTA (1999), SARDELICH (2006), SUZART, ARAPICARA, BORDAS (2009). Destaca-se no estudo os desafios do uso das Tecnologias assistivas no processo de ensino-aprendizagem na educação básica. As Tecnologias Assistivas ou ajuda técnica, tem como objetivo promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. A partir das análises e da aplicação de um curso de extensão em uma universidade pública da Bahia, foi possível perceber que a importância desses estudos para o percurso formativo dos educadores que atuam na educação básica, pois refere-se a uma temática que necessita ser aprofundada. Os resultados demonstram a necessidade de ampliar os estudos acerca das tecnologias assistivas no contexto educacional.

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS**

### **INTRODUÇÃO**

A educação inclusiva constitui um processo educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis para uma vivência em sociedade. Desse modo, tais discussões assumem lugar central nos fóruns e congressos educacionais na tentativa de superação da lógica da exclusão, pois ainda existe um quadro expressivo de professores que necessitam de formação nessa área de conhecimento, mesmo com todo o aparato de legislação e diretrizes que temos em nosso país e nesse sentido consideramos relevante discutir acerca das interfaces entre a formação de educadores e o uso das tecnologias assistivas para o processo de inclusão na educação básica.

Nessa perspectiva, destacamos que as Tecnologias Assistivas (TA) ou ajuda técnica, também caracterizado por produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços, tem como objetivo promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2007).

Nessa direção, destacamos que uma das Leis analisadas nesse estudo, refere-se ao Estatuto da Pessoa com Deficiência -Lei Brasileira de Inclusão Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, a qual constitui em um avanço para as políticas públicas para a inclusão no Brasil, na perspectiva de analisar em quais instâncias se fomenta a utilização das tecnologias assistivas para pessoas com deficiência com o intuito de corroborar para a interação entre professores e estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Na referida Lei, destacamos o que está preconizado no Art. 74: "É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida."

### **MOVIMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS PRINCIPAIS DIRETRIZES**

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define a Educação Especial da seguinte forma: A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem comum do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 15).

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com deficiência.

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

Em complementação ao PNE, ressaltamos que apesar dos marcos regulatórios do novo Estatuto da Pessoa com deficiência, Lei

n.13.146/2015, ainda percebemos um distanciamento entre o que está preconizado na lei e a realidade existente nas escolas da educação básica, uma vez que os programas e os currículos de formação de professores, por razões não aleatórias, são omissos ou incipientes, sobretudo no que se refere às bases necessárias para a compreensão e prática desse nível de participação na instituição docente, da profissão docente, pedagógica, educacional.

Diante dessa realidade, convém ressaltar que a formação de professores ganha cada vez mais importância. Vale pontuar as práticas formativas e os aspectos humanos do trabalho docente. É com esse olhar que percebemos a necessidade de considerar não só os aspectos técnicos, políticos e profissionais, mas também a complexidade da natureza humana.

Nessa perspectiva, destacamos a importância do respeito às diferenças no que concerne a esse olhar em torno da formação de professores para atuar com estudantes com deficiência, pois isso requer uma prática pedagógica fundamentada nas relações teórico-práticas com vistas a garantir a qualidade de acesso e permanência dos estudantes com deficiência na educação básica, no ensino médio, na educação profissional e no ensino superior.

A formação do educador requer dinamismo, requer conhecimento, busca incessante de novos paradigmas que possa implementar uma educação verdadeiramente para todos, no sentido da garantia de direitos para estudantes com deficiência em qualquer área do conhecimento, evitando uma formação engessada, rígida em conceitos prontos e acabados, pois a vida é multifacetada e não é possível conceber em pleno século XXI, uma educação que só tenha uma visão de "normalidade", pois o que caracteriza a nossa sociedade é a diversidade, a diferença e a sociedade, assim com a escola é composta por seres humanos que possuem a sua subjetividade e diferenças linguísticas, religiosas, sociais, culturais, dentre outras, por isso que defendemos uma formação de educadores que tenham uma visão crítica, criativa e que acolha as diferenças, na perspectiva de favorecer o diálogo, a escuta sensível e uma visão mais humanizada da realidade.

Freire (1987) ressalta que o homem precisa redescobrir-se por meio da reflexão de seu próprio processo de vida, na qual ele vai se descobrindo e se conscientizando junto com as demais pessoas. Ainda segundo o autor, "se cada consciência tivesse o seu mundo, as consciências se desencontrariam em mundos diferentes e separados seriam mônadas incomunicáveis". (FREIRE, 1987, p. 10). Convém destacar que, torna-se cada vez mais urgente e necessário que o educador tenha uma visão mais ampla da realidade e possa investir em sua formação continuada e em serviço na área de inclusão.

## **TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO COTIDIANO DA SALA DE AULA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

É importante destacar a relevância do estudo sobre educação inclusiva e da utilização das tecnologias assistivas com uma forma de oportunizar a autonomia e qualidade de vida para os estudantes com deficiência, os quais foram historicamente vítimas do "esquecimento" e muitas vezes de maus tratos, impedidos muitas vezes do convívio familiar, social e escolar.

Ao identificar o recurso de Tecnologia assistiva apropriada, o professor encaminhará a sua aquisição e trabalhará junto com seu educando capacitando-o no uso da tecnologia. Juntos, levarão esta ferramenta para a escola, visando a superação das barreiras à plena participação do aluno nos vários projetos, experimentos, acesso às informações, produções/registros pessoais, comunicação e avaliações.

A inclusão escolar não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência, mas sim recursos, ferramentas, linguagens, tecnologias que concorram para diminuir/eliminar as barreiras que se interpõem aos processos de ensino e de aprendizagem. Tudo isso implica novas ideias de conhecimento, de ensino e aprendizagem, exigindo que se repense e se reorganize o currículo, que se reflita sobre a função da escola, sobre o papel do professor e do aluno (BERSCH e MACHADO, 2012). Nesse sentido, os educadores necessitam abarcar diferentes recursos de acessibilidade que permitam ao estudante com deficiência participar das atividades escolares e interagir com o professor e colegas de turma, e em todos os ambientes em que se fizer necessário (escola, contexto familiar, comunidade).

Diante dos estudos teóricos e metodológicos realizados, nos caminhos percorridos para a elaboração dessa pesquisa, optamos pela pesquisa ação, por considerar que trata-se de uma metodologia que se adequa ao nosso trabalho. De acordo com THOLLENT (1985, p.14), a pesquisa-ação deve ser realizada coletivamente entre pesquisadores e os participantes de modo a resolver um problema coletivo, pois para o autor, "O que se pretende com a pesquisa-ação é a transformação da sociedade, isto é, do objeto social, através da tomada de consciência dos interesses objetivos e da organização na ação". (2014, p. 145).

Nesse sentido, a metodologia dessa experiência partiu de uma revisão bibliográfica e avançou para a elaboração e execução de um curso de extensão para estudantes de graduação sobre Tecnologias assistivas e inclusão, mediante a elaboração de aulas expositivas, estudos teóricos e elaboração de materiais didáticos e jogos pedagógicos com vistas a contribuir para a autonomia e independência de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida.

Para o percurso metodológico fez-se necessário o aprofundamento teórico no que diz respeito aos estudos da legislação e de artigos científicos acerca das Tecnologias Assistivas. *A priori* foi analisado o Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, a qual constitui em um avanço para as políticas públicas para a inclusão no Brasil, na perspectiva de analisar em quais instâncias se fomenta a utilização das tecnologias assistivas para pessoas com deficiência com o intuito de corroborar para a interação entre professores e estudantes no processo de ensino-aprendizagem.

A exemplo de aplicações sobre TA em outras instâncias da lei, na Seção III – Da Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho onde o Art. 37 discute sobre a igualdade de oportunidade entre pessoas com deficiência e as demais pessoas, atendendo as regras de acessibilidade, fornecendo recursos de tecnologias assistivas e a adaptação razoável no ambiente de trabalho (BRASIL, 2015). O Brasil apresenta avanços no uso intensivo das tecnologias informacionais nas escolas e no ensino superior pela criação de: novos espaços de acesso público, políticas educacionais e desenvolvimento tecnológico. Contudo, há uma ênfase maior na tecnologia do que na inclusão social, deixando a sociedade condicionada ao acesso tecnológico sem haver uma reestruturação curricular do ensino, que deveria passar pela inserção dos educadores na reestruturação de um novo modelo de ensino e aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pimenta (1999), quando identifica o aparecimento da questão dos saberes como um dos aspectos relevantes nos estudos sobre a atuação do professor. Partimos da premissa de que essa atuação é construída desde a reafirmação das práticas, bem como da necessidade de

estarmos em constante vigilância, sobre o significado de ser professor e de confrontarmos essas práticas sempre à luz da teoria, pois é na experiência do trabalho docente que se desenvolve a ressignificação dos saberes assimilados ao longo da formação.

O educador necessita se aperfeiçoar, refletindo, uma vez que os conhecimentos estão, a todo o momento, se renovando e essa compreensão o professor precisa ter. E ao ter esta compreensão, dá-se conta da necessidade de ampliar os seus horizontes, seus conhecimentos, acompanhar descobertas da ciência, as publicações da sua área de atuação do seu trabalho

Nas trilhas desse estudo, foi possível perceber que o Brasil apresenta avanços no que tange ao uso das tecnologias informacionais nas escolas e no ensino superior pela criação de novos espaços de acesso público, políticas educacionais e desenvolvimento tecnológico. Contudo, há uma ênfase maior na tecnologia do que na inclusão social, deixando a sociedade condicionada ao acesso tecnológico sem haver uma reestruturação curricular do ensino, que deveria passar pela inserção dos educadores na reestruturação de um novo modelo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma área de pesquisa que certamente terá desdobramentos, dada a amplitude do tema.

Nesse sentido, ressaltamos que a legislação em vigor "garante o acesso" à Tecnologia Assistiva é necessário que haja uma a garantia efetiva dos direitos, no sentido de dar continuidade as ações e políticas públicas já iniciadas dentro desta temática, pois ainda percebemos que é necessário divulgar a legislação e também implementar ações para que seja se torne uma realidade o que está preconizado nos marcos legais acerca das acessibilidade e uso das tecnologias assistivas e não apenas mais uma marco legal, distante da realidade. Ainda é necessário ampliar a oferta de cursos de formação continuada para professores para que a temática seja aprofundada.

Como resposta ao contexto da inclusão, as tecnologias assistivas contribuem para subsidiar o acesso a informação para as pessoas com deficiência no ambiente escolar e na sociedade como um todo, configurando-se em um desafio para a inclusão social. Diante dessa realidade o curso de extensão sobre tecnologias assistivas com a utilização de materiais de baixo custo, ofertado para estudantes de graduação corroborou para vislumbrar as possibilidades de atuação do educador, frente aos desafios de tornar o ensino para as pessoas com deficiência, independente da disciplina que atua com educador, no sentido de valorizar o ser humano, contribuindo para a melhoria da acessibilidade e consequentemente da qualidade de vida das pessoas com deficiência, mediante a possibilidade do acesso aos diferentes saberes e conhecimentos, com vistas a contribuir para o processo de inclusão social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. SDHPR - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD. 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/> Acesso em 06/12/2016.

BRASIL **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BERSCH, Rita Bersch; MACHADO. **Tecnologia Assistiva**- TA: Aplicações na Educação/ Módulo III. Santa Maria, 2012

CAT, Comitê De Ajudas Técnicas. Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007 do Comitê de Ajudas Técnicas **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR)**, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987.

GALVÃO FILHO, T. A Tecnologia Assistiva: de que se trata?. In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.) **Conexões**: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. (org.) **Saberes pedagógicos e atividades docentes**. São Paulo: Cortez, 1999.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2014